



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Registro: 2017.0000633897

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0017855-58.2011.8.26.0114, da Comarca de Campinas, em que é apelante GENESIO FERREIRA DA SILVA, é apelado ANDERSON RAFAEL DE OLIVEIRA (JUSTIÇA GRATUITA).

**ACORDAM**, em 32ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator que integra este Acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos Desembargadores KIOITSI CHICUTA (Presidente) e FRANCISCO OCCHIUTO JÚNIOR.

São Paulo, 24 de agosto de 2017

**LUIS FERNANDO NISHI**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Voto nº 23595**

**Apelação Cível nº 0017855-58.2011.8.26.0114**

Comarca: Campinas – 01ª Vara Cível

Apelante: Genesio Ferreira da Silva

Apelado: Anderson Rafael de Oliveira

Juiz 1ª Inst.: Dr. Renato Siqueira De Pretto

Interessado: Volney Botelho Manja

APELAÇÃO – ACIDENTE DE TRÂNSITO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS – INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CULPA DO MOTORISTA DO ÔNIBUS ENVOLVIDO – Ausência de provas suficientes capazes de demonstrar a conduta dolosa e/ou culposa do motorista do ônibus no acidente de trânsito – A parte autora não se desincumbiu do ônus de demonstrar fato constitutivo do seu direito – Indenização indevida – Inteligência do artigo 373, I, do Código de Processo Civil – Sentença reformada. RECURSO PROVIDO.

Vistos.

Trata-se de apelação interposta por **GENESIO FERREIRA DA SILVA** contra a respeitável sentença de fls. 346/351 que, nos autos da ação de indenização por danos materiais e morais que **ANDERSON RAFAEL DE OLIVEIRA** move contra si e **VOLNEY BOTELHO MANJA**, julgou parcialmente procedentes os pedidos, condenando os réus, solidariamente, ao pagamento de indenização por danos morais e estéticos, no montante de R\$ 24.600,00 (vinte e quatro mil e seiscentos reais), atualizado monetariamente desde a sentença e com juros de mora de 1% ao mês desde o sinistro. Condenou os réus, ainda, ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da condenação.

Irresignado, **apela o corréu Genesio Ferreira da Silva** (fls. 366/379), pugnando pela inversão do quanto julgado, sustentando, em síntese, a culpa exclusiva do autor. Alega que seu ônibus estava no estrito cumprimento das normas de trânsito, efetuando as paradas obrigatórias, vindo a ser atingido quando estava parado, a espera para atravessar a Avenida José Gabeta. Informa que por ser um veículo de grande porte, parte de sua traseira bloqueou uma das pistas da avenida, vindo o autor, que conduzia sua motocicleta de forma desatenta, a atingi-lo em sua lateral traseira esquerda.

Subsidiariamente, pugna pela improcedência do pedido de indenização por danos estéticos, alegando que a existência de cicatrizes na coxa, quadril, joelho tornozelo e pé do autor não podem ser considerados como prejuízos estéticos permanentes e visíveis, não existindo lesões ou incapacidades permanentes a embasar tal condenação.

Por fim, requer a improcedência do pedido de indenização por danos morais, entendendo inexistir nexos de causalidade entre a conduta do motorista do ônibus com os danos sofridos pelo autor, vez que observou todas as normas de trânsito na condução do veículo.

Houve contrariedade ao apelo (fls. 388/391), em defesa do desate da controvérsia traduzido na sentença recorrida.

**É o relatório, passo ao voto.**



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Segundo consta da exordial, no dia 16.10.2009, o autor conduzia sua motocicleta pela Avenida Francisco de Angelis quando, na altura do cruzamento com a Avenida José Ademar Etter, foi surpreendido pelo ônibus de propriedade do apelante, conduzido pelo corréu Volney, que atravessava a pista sem observar a sinalização de parada obrigatória, dado que atravessava via preferencial. Sem tempo para frenagem, o apelado colidiu violentamente contra a parte lateral traseira esquerda do ônibus.

Alega que em decorrência do acidente causado por culpa exclusiva do motorista da empresa ré, sofreu fratura exposta no pé esquerdo, fratura no quadril e braço, ficando internado por vinte e um dias, submetendo-se a quatro cirurgias e ficando em recuperação – e afastado do trabalho - por seis meses, sendo dois de cama, dois de cadeira de rodas e dois andando com o auxílio de muletas.

Afirma ter sofrido prejuízos morais e estéticos, sendo os primeiros decorrentes do longo e extenuante período de recuperação ao qual foi submetido e o segundo em função das enormes cicatrizes que carrega no corpo.

**Delineada a breve situação fática, passa-se a análise do mérito.**

Pela análise dos documentos juntados aos autos, infere-se que o apelado não conseguiu provar que o acidente de trânsito ocorreu em razão da conduta culposa do condutor do veículo de propriedade do apelante.



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

De um lado, na exordial (fls. 02/10) e em seu depoimento pessoal (fls. 345), alega o autor que o motorista do ônibus efetuou manobra não autorizada, desrespeitando sinalização de parada obrigatória e, de forma imprudente, invadiu a via preferencial em momento inadequado, bloqueando a pista de forma que a colisão com sua motocicleta se mostrou inevitável.

Por outro lado, sustentam os réus em suas contestações e no depoimento pessoal do condutor Volney (fls. 345) que não houve imprudência do motorista do ônibus, tendo observado o primeiro sinal de parada obrigatória, certo que, no momento da colisão, já havia finalizado a travessia da pista em que trafegava o autor, estando parado, aguardando para atravessar a Avenida José Gabeta, porquanto o ponto de impacto ocorreu na parte traseira do veículo, que permanecia bloqueando parte da pista dado o comprimento do ônibus.

Inexiste nos autos qualquer comprovação de que a travessia da Avenida Francisco de Angelis foi efetuada irregularmente, ou seja, de que o motorista do ônibus desrespeitou a sinalização de parada obrigatória ou de que ingressou na via em momento inadequado.

Aliada à falta de provas acerca do desrespeito à sinalização, através do website Google Maps<sup>1</sup> é fácil observar que a visão do condutor que trafega na Avenida José Ademar Etter e deseja atravessar a Avenida Francisco de Angelis é extremamente limitada, dado que o cruzamento ocorre após uma curva acentuada,. Nem mesmo o radar citado pelo apelado em seu depoimento pessoal, ainda que próximo ao cruzamento, pode ser visualizado.

Assim, tendo em vista a lenta arrancada de veículos



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

pesados como o ônibus e que a colisão ocorreu em sua parte lateral traseira, ausente prova em contrário, não é razoável se presumir que o início da marcha do ônibus se deu de forma irregular, tornando-se inviável aplicar a presunção de culpa em desfavor do condutor do ônibus envolvido.

Ausentes, portanto, os elementos que possam imputar a culpa pela ocorrência do acidente aos corréus, motorista e proprietário do ônibus, com vistas a ensejar as indenizações pretendidas na petição inicial.

É certo que o ônus probatório recai sobre a atuação da parte autora, por se tratar de invocação de fato constitutivo do seu direito, nos termos do que dispõe o artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015, em regra idêntica ao art. 333, I, do CPC/73, vigente à época da instrução.

Ocorre, todavia, que o apelado não fez prova do quanto é alegado, não se desincumbindo, portanto, do referido ônus.

Nesse sentido, já decidiu este **E. Tribunal de Justiça**. Confira-se, a propósito do tema, o V. Acórdão proferido na Apelação nº 0000747-09.2009.8.26.0042<sup>2</sup>, pelo eminente Relator **Desembargador Pedro Baccarat**:

*“A responsabilidade civil decorrente de acidente de trânsito pauta-se na noção de culpa ou dolo do causador do acidente, sendo que estes pressupostos devem ser comprovados por quem pretende o ressarcimento, nos termos do art. 333, I, do CPC. Sem que os Autores tivessem produzido prova bastante para dirimir o conflito entre as inconciliáveis versões, imperativo reconhecer a improcedência da ação.*”

---

<sup>2</sup> Julgamento em 03.09.2015.



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Segundo a doutrina: 'a dúvida ou insuficiência de prova quanto a fato constitutivo milita contra o autor. O juiz julgará o pedido improcedente se o autor não provar suficientemente o fato constitutivo de seu direito' (Vicente Greco Filho, "Direito Processual Civil Brasileiro", Editora Saraiva, 14ª Edição, 2000, Vol. 2, pg. 189)."** (sem grifos no original)

Não há, portanto, provas suficientes capazes de demonstrar a conduta culposa do motorista do ônibus no acidente automobilístico, mostrando-se ausentes os pressupostos necessários a ensejar a responsabilidade extracontratual, nos termos do artigo 186, do Código Civil, razão porque deve ser provido o presente recurso de apelação, reformando a r. sentença recorrida, para julgar-se improcedentes os pedidos iniciais.

Em razão do provimento recursal, devem ser invertidos os ônus sucumbenciais, condenando-se o apelado ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorários sucumbenciais, fixados em 15% sobre o valor corrigido da causa, já incluídos aqui os honorários recursais, nos termos do artigo 85, §11, do CPC, observados os benefícios da justiça gratuita a ele deferidos (fls. 216).

Diante do exposto, **DOU PROVIMENTO ao recurso.**

**LUIS FERNANDO NISHI**

**Relator**